



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

**Processo nº 00600-00003932/2021-79-e**

**Órgão de Origem: Banco de Brasília – BRB**

**Assunto: Concurso Público**

**Montante em Exame: R\$ 0,00.**

**Ementa: Exame do Edital nº 01/CP-32 – BRB, publicado no DODF de 30/04/2021, que regula concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o emprego de Analista de Tecnologia da Informação do Banco de Brasília S.A. – BRB.**

- Período de inscrições: 30/05 a 15/07/2021.
- Análise do edital.
- Conhecimento.
- Proposta de diligência, sem prejuízo do regular seguimento do certame.

Senhor Secretário,

Em exame o Edital nº 01/CP-32 – BRB, publicado no DODF de 30/04/2021, que regula concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o emprego de Analista de Tecnologia da Informação, do Banco de Brasília S.A. – BRB (Peça 1), amplamente divulgado na mídia.

2. Consta do preâmbulo do edital que o concurso público foi autorizado pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada daquela instituição. O procedimento está de acordo com o que determina o Decreto nº 28690/2008.

3. O certame, que será executado pelo Instituto Americano de Desenvolvimento – IADES (subitem 1.1), visa à seleção de candidatos para o emprego de Analista de Tecnologia da Informação, de nível superior, cuja remuneração (R\$ 8.142,00), jornada de trabalho e o quantitativo de vagas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

*SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL*

previstos (50 para provimento imediato e 50 para formação de cadastro de reserva) estão indicados no item 3.

4. A descrição sumária das atribuições para exercício do emprego de Analista de Tecnologia da Informação, constam do subitem 3.1.4. Os futuros empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (subitem 1.6).

5. O certame consistirá de provas objetivas e de prova discursiva, ambas de caráter eliminatório e classificatório, conforme estabelecido no subitem 1.4.

6. Nos termos do subitem 2.1, qualquer cidadão pode solicitar a impugnação do edital em exame, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação do normativo (03 a 07/05/2020).

7. As condições e os requisitos para a contratação no emprego foram fixados no item 4. Os subitens 4.7, 4.8 e 4.9 reportam-se à vedação de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, ressalvadas as hipóteses de acumulação lícita, a teor do art. 37, XVI, da CF.

8. No entanto, o subitem 4.10 veda a assunção do emprego de Analista de Tecnologia da Informação ao servidor público aposentado. Considerando que o emprego em comento tem natureza técnica ou científica, para fins e acumulação de cargos, pode um professor aposentado realizar o presente certame, razão pela qual tal subitem deve ser retificado para também excepcionar a possibilidade de acumulação lícita, a teor do art. 37, XVI, da CF.

9. O item 5 traz a distribuição das vagas do certame entre os candidatos da ampla concorrência e das listas especiais, de acordo com a seguinte tabela (subitem 5.1):



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

<b>Emprego</b>	<b>Vagas para Ampla Concorrência</b>	<b>Vagas reservadas para candidatos com deficiência</b>	<b>Vagas reservadas para candidatos negros</b>	<b>Vagas reservadas para candidatos hipossuficientes</b>
Analista de Tecnologia da Informação	25 (vinte e cinco) vagas + 25 (vinte e cinco) vagas para cadastro de reserva	10 (dez) vagas + 10 (dez) vagas para Cadastro de Reserva	10 (dez) vagas + 10 (dez) vagas para Cadastro de Reserva	5 (cinco) vagas + 5 (cinco) vagas para Cadastro de Reserva

10. As regras para concorrer às vagas destinadas aos candidatos com deficiência estão previstas no subitem 5.3. Do total das vagas ofertadas, 20% (vinte por cento) se destinam às pessoas com deficiência, de acordo com o que dispõe o art. 8º da Lei nº 4949/2012 e em conformidade com a Decisão Normativa TCDF nº 1/2018, publicada no DODF de 13/06/2018, nos termos subitem 5.3.1. Nada obstante, o referido dispositivo deve ser retificado para que seja incluída menção ao art. 54 da Lei nº 6637/2020 (Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal), publicada no DODF de 21/07/2020.

11. De forma semelhante, o subitem 5.3.1.3, que define as pessoas que podem ser consideradas deficientes, também deve ser retificado para incluir menção ao referido diploma legal.

12. O subitem 5.3.5.1 traz a possibilidade de interposição de recurso contra a relação provisória dos candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de pessoa com deficiência.

13. O subitem 5.3.7 e seguintes trata das regras para a avaliação biopsicossocial, por meio da qual será analisada a qualificação do candidato como pessoa com deficiência, caso tenha se declarado com deficiência e for convocado para avaliação da prova discursiva. Já o subitem 5.3.7.12.1 traz a possibilidade de interposição de recurso contra o resultado provisório na avaliação biopsicossocial.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

14. Ademais, há possibilidade de o candidato concorrer na condição de pessoa negra (subitem 5.4). Os subitens 5.4.1 e 5.4.1.1 assim dispõem:

“5.4.1 Das vagas destinadas ao emprego e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso público, 20% (vinte por cento) serão providas na forma do art. 1º da Lei Distrital nº 6.321/2019.

5.4.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.4.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei Distrital nº 6.321/2019”.

15. O candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer àquelas vagas e autodeclarar-se preto ou pardo (subitem 5.4.2). A autodeclaração dos candidatos negros será confirmada mediante procedimento de heteroidentificação (subitem 5.4.3.1), realizado por comissão designada para tal fim, na forma disposta ao longo do subitem 5.4.5. Caberá recurso contra o resultado provisório no procedimento de heteroidentificação (subitem 5.4.5.15).

16. Vale destacar que o edital também traz a possibilidade de o candidato concorrer como hipossuficiente, nos termos da Lei DF nº 6741/2020 (subitem 5.5). Eis a literalidade dos subitens 5.5.1 e 5.5.1.1:

“5.5.1 Das vagas destinadas ao emprego e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do concurso público, 10% (dez por cento) serão providas na forma do art. 1º da Lei Distrital nº 6.741/2020.

5.5.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 5.5.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do art. 1º da Lei Distrital nº 6.741/2020”.

17. Nos termos do subitem 5.5.2, o candidato deverá, no ato da inscrição, optar por concorrer às referidas vagas e enviar a documentação comprobatória de sua situação, comprovando renda familiar mensal *per capita* igual ou menor que 1,5 salários mínimo e ter cursado o ensino médio completo em escola da rede



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. O subitem 5.5.6.1 traz a possibilidade de interposição de recurso contra a relação preliminar dos candidatos com inscrição deferida para concorrer na condição de hipossuficiente.

18. O item 6 e respectivos subitens detalham os procedimentos para inscrição no concurso público, que se dará no período compreendido entre os dias 30/05 e 15/07 do ano corrente, exclusivamente via *internet* (subitem 6.2). O subitem 6.2.3 previu a disponibilização de computadores para os candidatos que não possuem acesso à *internet*, conforme determina o art. 24, § 1º, da Lei nº 4949/2012.

19. De acordo com o subitem 6.1, o valor da taxa de inscrição será de R\$ 98,00 (noventa e oito reais), abaixo do limite máximo estabelecido no art. 22 da Lei nº 4949/2012 (5% da remuneração inicial). A taxa de inscrição não será devolvida em hipótese alguma, salvo nas condições legalmente previstas (subitem 6.4.5).

20. As condições para isenção total ou parcial do pagamento da taxa de inscrição estão definidas no item 7: nos termos da Lei DF nº 4949/2012 (doador de sangue e beneficiário de programa social de complementação de renda), da Lei DF nº 5818/2017 (prestador de serviço à justiça eleitoral), da Lei DF nº 5968/2017 (doador de medula óssea), da Lei DF nº 6314/2019 (comissário ou agente de proteção da infância e da juventude). Nada obstante, não consta do edital a possibilidade de isenção prevista no § 3º do art. 54 da Lei DF nº 6637/2020 (pessoa com deficiência comprovadamente carente), razão pela qual o edital deve ser retificado para incluir tal previsão.

21. O item 8 prevê prazo e forma para pedidos de atendimento especial no dia de aplicação das provas. Nos subitens 7.12 e 8.9 há, respectivamente, previsão de prazo para interposição de recurso pelo candidato contra o indeferimento dos pedidos de isenção/redução do valor da taxa de inscrição e do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

mencionado atendimento especial, em consonância com precedentes desta Corte (Decisões nºs 6635/2009 e 1/2010).

22. O edital define as instruções para aplicação das provas objetiva e discursiva no item 10, que ocorrerão na data provável de 08/08/2021 (subitem 10.1), no turno da tarde, detalhando cada uma delas nos itens 11 e 12.

23. Oportuno comentar que o subitem 11.5, que se refere à eventual anulação de questão de prova, guarda conformidade com a regra contida no art. 59 da Lei nº 4949/2012, que determina ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital. Relativamente à prova discursiva, os subitens 12.9 e seguintes atendem ao disposto no art. 37<sup>1</sup> da Lei nº 4949/2012.

24. Os critérios de avaliação e de classificação no concurso, bem como os critérios de desempate, estão definidos nos itens 13 e 14, respectivamente. Somente serão avaliadas as provas discursivas dos candidatos aprovados na prova objetiva e classificados até as posições-limite definidas no subitem 13.4, a saber:

<b>Emprego</b>	<b>Vagas para Ampla Concorrência</b>	<b>Vagas reservadas para candidatos com deficiência</b>	<b>Vagas reservadas para candidatos negros</b>	<b>Vagas reservadas para candidatos hipossuficientes</b>
Analista de Tecnologia da Informação	até a 100 <sup>a</sup> (centésima) posição	até a 40 <sup>a</sup> (quadragésima) posição	até a 40 <sup>a</sup> (quadragésima) posição	até a 20 <sup>a</sup> (vigésima) posição

25. A teor do subitem 13.4.2, não serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos não classificados na forma do subitem 13.4, acima comentado, os quais serão considerados eliminados e não terão classificação alguma no concurso.

---

<sup>1</sup> Art. 37. Em relação à avaliação por meio de redação, o edital normativo do concurso público deve indicar:  
I – o conteúdo e os quesitos a serem avaliados;  
II – as tipologias textuais passíveis de exame;  
III – os critérios de correção e pontuação de cada quesito.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

26. Nos termos do subitem 13.6, os candidatos não eliminados na prova discursiva serão ordenados de acordo com os valores decrescentes da soma da pontuação final na prova objetiva com a pontuação final na prova discursiva. Segundo o subitem 13.7.1, **serão considerados eliminados e não terão classificação alguma no concurso público os candidatos com classificação além das posições-limite definidas nos subitens 3.1.3 e 5.1** (50 vagas para provimento imediato e 50 para cadastro de reserva, distribuídas entre a ampla concorrência e as listas especiais).

27. A esse respeito, insta consignar que a Lei DF nº 6488/2020, que acrescentou o art. 16-A<sup>2</sup> à Lei nº4949/2012, foi considerada inconstitucional pelo TJDF (Acórdão 1284365)<sup>3</sup> no bojo da ADIn nº 0711311-77.2020.8.07.0000. Na sequência, foram opostos embargos de declaração contra o referido acórdão, os quais foram rejeitados. Interposto Recurso Extraordinário, este foi admitido pelo

---

<sup>2</sup> Art. 16-A. Os candidatos que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas no certame **não podem ser considerados eliminados**.

<sup>3</sup> <sup>3</sup> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DISTRITAL Nº 6.488/2020 QUE ACRESCEMENTA DISPOSITIVO À LEI DISTRITAL Nº 4.949/2012. VAGAS E REGRAS PARA APROVAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENHOR GOVERNADOR PARA A INICIATIVA DE LEIS QUE DISPONHAM SOBRE OS SERVIDORES PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, SEU REGIME JURÍDICO E O PROVIMENTO DE CARGOS. **VÍCIOS FORMAL E MATERIAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.**

Procedência da alegação de inconstitucionalidade formal a contaminar toda a Lei Distrital nº 6.488, de 2.534, de 14/01/2020, porque é da iniciativa de deputado distrital, quando, de acordo com o artigo 71, § 1º, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, reclama projeto de lei da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

**Ao ampliar o universo de vagas nos concursos públicos, tornando classificados ("não eliminados" na letra da lei) os candidatos "que não tenham sido classificados entre o quantitativo de vagas disponibilizadas", a lei impugnada está dispondo sobre o ingresso de servidores públicos do Distrito Federal, sobre o provimento por eles de cargos.**

Compete privativamente ao Senhor Governador do Distrito Federal a iniciativa de leis que disponham sobre os servidores públicos do Distrito Federal, seu regime jurídico e o provimento de cargos.

A sanção pelo Chefe do Poder Executivo não implica convalidação do vício original de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa do processo legislativo, conforme jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (ADI 2442/RS) e deste Tribunal de Justiça (ADI 2017002008970-7).

A lei impugnada mostra-se, também, materialmente inconstitucional, já que desconsidera princípios que regem a administração pública e o próprio princípio da vinculação ao edital (princípio implícito decorrente diretamente do art. 19, II, da LODF), criando novos critérios de aprovação e classificação e prevendo, inclusive, a sua aplicação imediata "aos concursos em andamento e aos certames que se encontram dentro do prazo de validade ou de sua prorrogação".

**Julgado procedente o pedido e declarada, com efeitos *ex tunc* e eficácia *erga omnes*, a inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 6.488, de 14/01/2020.**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

Presidente do TJDF-T em recentíssima decisão, de 26/04/2021. Assim, pende de julgamento o referido recurso, o que de qualquer sorte não demanda providências adicionais quanto ao edital em análise.

28. Os recursos estão disciplinados no item 15. O subitem 15.2 regulou a possibilidade de interposição de recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva<sup>4</sup>, contra o resultado preliminar da prova discursiva ou contra o resultado preliminar do concurso público. O prazo para apresentação de recurso foi estipulado em 10 (dez) dias úteis, a contar do dia subsequente ao da respectiva divulgação, conforme determina o art. 55, § 1º, da Lei nº 4949/2012.

29. A teor do disposto no subitem 16.1, o resultado final no concurso público, após realização da avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararam pessoas com deficiência, da confirmação da condição autodeclarada pelos candidatos negros e da confirmação dos candidatos hipossuficientes, será homologado pelo BRB, publicado no DODF e divulgado na *internet*.

30. Conforme fixado no item 18.2, está prevista para o primeiro semestre de 2022 a contratação dos candidatos aprovados no concurso público dentro das vagas indicadas para provimento imediato, previsão que atende ao quanto determinado pelo art. 10, II, *in fine*, da Lei nº 4949/2012.

31. O subitem 20.3 estabelece que o prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, prorrogável uma única vez por igual período.

32. Em diversas partes do edital normativo, foi usada a expressão “cargo”, quando o correto é a palavra “emprego”, a exemplo dos itens 3 e 4, assim como

---

<sup>4</sup> Também nos termos do art. 55 da Lei nº 4949/2012, consta no Anexo III (Cronograma) a possibilidade de interposição de recursos contra o resultado preliminar das provas objetivas.





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

dos títulos dos Anexos I e III. Sugerimos, assim, a retificação do edital normativo para correção das falhas ora apontadas.

33. Os objetos de avaliação (Conteúdo Programático) constituem o Anexo I do edital. Da leitura desse anexo, verifica-se que o edital normativo exige o conteúdo obrigatório expresso nas alíneas “a” e “b” do inciso VII do art. 10 da Lei nº 4949/2012.

34. Esses foram os pontos do edital que entendemos ser merecedores de destaque, sem embargo de que, a nosso ver, os demais dispositivos dele constantes também guardam conformidade com as normas que regem a matéria.

Ante o exposto, considerando a inexistência de óbices ao regular andamento do certame, sugerimos:

I – tomar conhecimento do Edital nº 01/CP-32 – BRB, publicado no DODF de 30/04/2021, por meio do qual o Banco de Brasília S.A. – BRB torna pública a abertura de concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva para o emprego de Analista de Tecnologia da Informação (Peça 1);

II – determinar ao Banco de Brasília que, no prazo de 5 (cinco) dias, retifique o Edital nº 01/CP-32 – BRB, publicado no DODF de 30/04/2021, de modo a:

- a) retificar o subitem 4.10 para ressaltar a possibilidade de acumulação lícita de cargos, funções, empregos ou proventos de aposentadoria, a teor do disposto no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- b) retificar os subitens 5.3.1 e 5.3.1.3 para que seja incluída nos referidos dispositivos menção ao art. 54 da Lei nº 6637/2020



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**  
**TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

(Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal), publicada no DODF de 21/07/2020;

- c) incluir no item 7 a possibilidade de isenção do pagamento da taxa de inscrição prevista no § 3º do art. 54 da Lei DF nº 6637/2020 (pessoa com deficiência comprovadamente carente);
- d) alterar os itens 3 e 4, assim como os títulos dos Anexos I e III, substituindo a palavra “cargo” pela expressão “emprego”;

III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para acompanhamento do certame.

À superior consideração.

Brasília, 4 de maio de 2021.

**Carlos Antonio Costa dos Santos**

Diretor – SEFIPE/DIFIPE3

*Assinado Eletronicamente*

Senhor Presidente,

De acordo com a instrução retro, submeto os autos à elevada consideração de Vossa Excelência, nos termos do art. 1º, inciso II, letra “c”, da Resolução TCDF nº 140/01, com a redação dada pela de nº 174/06.

Brasília-DF, 4 de maio de 2021.

**José Roberto Alcuri Júnior**

Secretário de Fiscalização de Pessoal

*Assinado Eletronicamente*